

A condição social dos professores na Antiguidade Tardia: um estudo com base no *Didaskaleion* de Libânio

Gilvan Ventura da Silva*

Resumo: Nosso objetivo, nesse artigo, é refletir sobre a condição social do professor, agente indispensável para o funcionamento do sistema educacional romano. Para tanto, partimos das seguintes indagações: seria possível perceber alguma alteração sensível na profissão do magistério entre o Principado e o *Dominato*? Teriam as condições sociopolíticas do Império na sua fase final produzido algum impacto sobre o ofício dos professores? Acerca do assunto, nossa ênfase recai na atuação do *rhétor* ou *sophistes*, personagens sobre as quais possuímos maior número de informações, em detrimento do *magistere* e do *grammaticus*. Em termos documentais, nos apoiamos, por um lado, no precioso testemunho de Libânio, um nativo de Antioquia Sobre o Orontes que por mais de meio século exerceu o ofício do magistério e que nos legou um amplo volume de cartas e discursos que tratam do cotidiano de uma das principais cidades do Oriente na segunda metade do século IV, incluindo os dilemas e desafios vivenciados pelos professores. Por outro, recorreremos ao *Código Teodosiano* como documentação subsidiária, não apenas para balizar as informações contidas nas orações de Libânio, mas também para captar a opinião oficial dos imperadores referente ao magistério. A exploração de ambas as fontes nos sugere que a profissão, na Antiguidade Tardia, passava por um momento de crise, com o conseqüente rebaixamento da condição social dos professores.

Palavras chave: Antiguidade Tardia; Libânio; Antioquia; Magistério; Educação

Abstract: In this article we aim at analyzing the status of the teachers, indispensable agents for the working of the Roman educational system. In this connection, we try to answer the following questions: would it be possible to identify any noticeable change in teaching between the Early and the Late Roman Empire? Were the political and social conditions of the Late Antiquity capable of interfering with teaching? Regarding such issues, we highlight the performance of rhetoricians and sophists due to the bulk of information available about them, leaving out the *magistri* and *grammatici*, for whom we do not have much evidence. We base our study primarily on the priceless testimony of Libanius, a native from Antioch who worked as a teacher of Greek rhetoric for more than half a decade and bequeathed us a comprehensive collection of letters and orations which provides us with countless details about the everyday life of one of the main Eastern towns of the Empire, including the troubles and shortcomings the teachers had to cope with. In addition, we employ the *Codex Theodosianus* as a subsidiary source, not only to compare law enforcements with data taken from Libanius' orations, but to grasp the imperial standpoint concerning teachers and teaching. When combined, both sources reveal that in Late Antiquity teaching went through a crisis whose one of the most damaging consequences was the teachers' loss of status.

Key words: Late Antiquity; Libanius; Antioch; Teaching; Education

* Professor de História Antiga da Universidade Federal do Espírito Santo. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Coordenador da seção ES do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (Leir) e bolsista produtividade do CNPq.

Introdução

Na Antiguidade Tardia, o sistema educacional romano continuava, em linhas gerais, a se organizar conforme os padrões que haviam vigorado no Principado e mesmo na época helenística. O primeiro nível de instrução era constituído pela escola do *gramatistes* ou *magister institutor litterarum*, a quem competia o ensino da leitura e da escrita, por vezes acrescido de rudimentos de gramática (BROWNING, 1998, p. 95). Embora não houvesse nenhuma legislação específica que fixasse a idade ideal para o início da escolarização, os alunos costumavam ser encaminhados à escola do *magister* aos seis ou sete anos de idade, aí permanecendo em torno de quatro anos. Por volta dos dez anos, caso dispusesse de recursos, o aluno poderia prosseguir seus estudos com o *grammaticus*, aprofundando o conhecimento das normas gramaticais obtido no nível anterior mediante a leitura dos clássicos gregos ou latinos, conforme o caso, e iniciando-se nos estudos de aritmética e de geometria. A mitologia também era ensinada, pois sem ela seria impossível a compreensão da poesia e da História (MARROU, 1990, p. 423 e ss.). Finda essa etapa, os mais abastados tinham a opção de ingressar no ensino superior, na escola dos *rhetores*, *oratores* ou *sophistes*, cujo currículo representava, de certo modo, um aprofundamento dos conteúdos tratados pelo *grammaticus*, com um investimento muito maior no aprendizado da teoria retórica, na composição e declamação de discursos dos mais variados gêneros, no aperfeiçoamento da pronúncia e na aquisição de uma postura corporal grave e elegante, como convinha aos oradores (LAISTNER, 1978, p. 13). Para além da formação proporcionada pelo retor ou pelo sofista, o aluno poderia ainda realizar estudos superiores em filosofia, o que o habilitaria a se tornar professor da disciplina. Não obstante a sólida tradição da qual gozava a filosofia, ensinada em centros importantes como Atenas, Alexandria e Constantinopla, verificamos, na fase tardia do Império, certo desinteresse pelos estudos filosóficos, suplantados pela retórica e pelo Direito, acentuando-se assim a distinção entre retóricos e filósofos iniciada no século II (BROWNING, 1998, p. 101; LAISTNER, 1978, p. 21).

A despeito da evidente continuidade com os períodos anteriores, o sistema educacional romano não deixa de exhibir, entre os séculos IV e V, algumas inovações. Uma das mais significativas foi, sem dúvida, o interesse crescente pela instrução em língua e literatura latinas e em Direito, com a redução correlata, mesmo nas escolas do Oriente, do tempo dedicado ao estudo da retórica grega, resultado direto do processo de burocratização do Império a partir das reformas de Diocleciano e Constantino, quando a presença de especialistas em Direito na chancelaria

imperial se tornou uma prática corrente. Quanto a isso, convém recordar que o *comitatus*, a corte imperial, funcionava como o mais alto tribunal de apelação, razão pela qual indivíduos e comunidades recorriam amiúde ao imperador contra decisões tomadas em instâncias inferiores ou para dirimir dúvidas normativas, o que exigia da parte dos funcionários imperiais um conhecimento mínimo do Direito (FERNÁNDEZ BARREIRO, 1996, p. 119). Por outro lado, a repartição das províncias e a criação das dioceses e prefeituras do pretório multiplicaram as cortes de justiça, uma vez que o ofício de julgar fazia parte das atribuições corriqueiras dos governadores, vicários e prefeitos, que, por sua vez, nem sempre apresentavam um treinamento jurídico compatível com as exigências da função, deficiência minorada pela tendência crescente de contratação de *advocati* para atuar nos escritórios da administração pública como assessores e conselheiros (JONES, 1964, p. 500). Por esses motivos, a carreira de advogado representava, na Antiguidade Tardia, uma excelente opção profissional, ocorrendo assim o florescimento dos estudos jurídicos como um nível superior de instrução cumprido em quatro anos após a formação na escola do retor. No Império, os principais centros de estudo do Direito foram Roma, Beirute e Constantinopla. Ao mesmo tempo em que o Direito se consolidava como uma disciplina indispensável para a dinâmica administrativa do Estado romano, progredia igualmente o estudo da língua e da literatura latinas, pois a maioria dos textos jurídicos encontrava-se redigida em latim, idioma oficial da administração civil e militar (LIEBESCHUETZ, 1972, p. 246), realidade que vigora ainda no século V.

Diante desse panorama, nos propomos a discutir, nesse artigo, a condição social do professor, agente indispensável para o funcionamento do sistema educacional romano. Raciocinando em termos comparativos, seria possível perceber alguma alteração sensível na profissão do magistério entre o Principado e o *Dominato*? Teriam as condições sociopolíticas do Império na sua fase final produzido algum impacto sobre o ofício dos professores? Acerca do assunto, nossa ênfase recai sobre a atuação do *rhetor* ou *sophistes*, personagens sobre as quais possuímos maior número de informações, em detrimento do *magister* e do *grammaticus*. Para tanto, nos apoiamos, por um lado, no precioso testemunho de Libânio, um nativo de Antioquia Sobre o Orontes que por mais de meio século exerceu o ofício do magistério e que nos legou um amplo volume de cartas e discursos que tratam do cotidiano de uma das principais cidades do Oriente na segunda metade do século IV, incluindo os dilemas e desafios vivenciados pelos professores. Por outro, recorreremos ao *Código Teodosiano* como documentação subsidiária, não apenas para balizar as informações contidas nas orações de Libânio, mas também para

captar a opinião oficial dos imperadores referente ao magistério. A exploração de ambas as fontes nos sugere que a profissão, na Antiguidade Tardia, passava por um momento de crise, com o conseqüente rebaixamento da condição social dos professores. Antes, porém, de prosseguir com essa discussão, faz-se necessário dizer algumas palavras sobre a trajetória de Libânio, um dos maiores oradores gregos da Antiguidade.

A formação intelectual de Libânio

Nascido em 314 de uma família ilustre de Antioquia, Libânio, aos quinze anos de idade, manifesta uma súbita inclinação para os estudos de retórica e filosofia sob a orientação de Ulpiano de Ascalon, seu primeiro mestre na disciplina, que vem a falecer logo depois. Como o sucessor de Ulpiano, Zenóbio de Elusa, era considerado um profissional menos capacitado, Libânio decide seguir um programa autônomo de estudos, dedicando-se à leitura intensiva dos autores com os quais já havia travado contato. No entanto, de acordo com os padrões escolares vigentes no Império, quinze anos eram já uma idade um tanto ou quanto tardia para um aprendizado adequado dos clássicos, o que o obrigou a se desdobrar com o propósito de sanar suas deficiências (LIEU; MONTSERRAT, 1996). Aos vinte anos, ainda como estudante em Antioquia, Libânio foi atingido por um raio ao declamar a peça *Os acarnianos*, de Aristófanes. Devido a esse incidente, sua saúde foi abalada de modo irreversível, passando a ser acometido de severos ataques de enxaqueca que o acompanharam até o fim da vida. Um pouco depois, aos vinte e dois anos, estimulado por um companheiro, Iasion, Libânio dirige-se a Atenas, à época o maior centro intelectual de ensino de língua e literatura gregas no Império, a fim de completar a sua formação (FESTUGIÈRE, 1959, p. 97). Em Atenas, permanece de 336 a 340. Nesse ano, em virtude de um levante urbano, o procônsul destituiu os professores das cadeiras públicas que ocupavam, abrindo-se assim a oportunidade de ascensão de novos indivíduos à carreira do magistério, dentre os quais se encontrava o próprio Libânio. Essa indicação, todavia, desagradou os outros estudantes, que não tardaram a lhe fazer oposição (POTTER, 2004). Antevendo a impossibilidade de uma permanência tranquila na cidade e insatisfeito com o cotidiano de Atenas, saturado de inveja e competição, Libânio decide rumar para Heracleia do Ponto a fim de auxiliar um amigo que estava assumindo o posto de orador municipal. No caminho, passa por Constantinopla, onde recebe uma gentil acolhida dos professores que aí haviam se estabelecido por conta do rápido crescimento da nova Capital, carente de escolas apropriadas para a elite

que então se constituía. Após um período de hesitação, Libânio opta por fixar residência em Constantinopla, adquirindo uma crescente reputação como professor de retórica devido à habilidade no domínio da disciplina e ao trato com os alunos, o que desperta a animosidade dos concorrentes. Reunidos em torno de Bemárquio, um retor público que havia feito carreira sob o reinado de Constantino e Constâncio II, os professores de Constantinopla tentam, por todos os meios, desestabilizar Libânio. A oportunidade surge em 343, quando irrompem na cidade sérios distúrbios ocasionados pela remoção, à força, do bispo Paulo, privado da sua sé por determinação de Constâncio. O procônsul Alexandre é ferido no levante, sendo substituído por Limênio, que não nutre simpatia por Libânio. Acusado de envolvimento no motim por Bemárquio e seus correligionários, nosso autor é forçado a se transferir para a cidade vizinha de Nicomédia, onde permanece por cerca de cinco anos, entre 343 e 348.

Em 344, muito provavelmente por solicitação de Filipe, então prefeito do pretório do Oriente, Libânio compõe a *Oratio* LIX, um panegírico em louvor a Constâncio II e Constante, que lhe rende uma excelente reputação na corte. Ao que tudo leva a crer, como recompensa pela composição do panegírico, Libânio é agraciado, em 348, com uma cadeira pública de retórica em Constantinopla, cidade que havia sido obrigado a abandonar alguns anos antes (POTTER, 2004). Em 353, visita pela primeira vez, em dezessete anos, Antioquia, o que o estimula a regressar definitivamente à sua cidade natal. Alegando sérios problemas de saúde, dirige reiteradas súplicas a Constâncio II para que lhe conceda o direito de se transferir, o que acaba obtendo em 354. Desse momento até sua morte, ocorrida após 393, reside em Antioquia. Ao menos num primeiro momento, o retorno de Libânio à sua pátria significa um retrocesso na carreira. Sem local apropriado para ensinar, instala a escola na própria residência, onde leciona para uma classe (*choros*) de oito estudantes, que aumenta para cerca de quinze no ano seguinte. Exercendo um ofício marcado pela rivalidade entre os professores, que competiam por prestígio profissional, mas principalmente por alunos, Libânio necessita conferir maior visibilidade ao seu trabalho, o que o leva a transferir a escola para as cercanias da *ágora*, a zona central da cidade até que, ao obter a cátedra municipal de ensino de retórica em virtude do falecimento de Zenóbio, passa a ensinar no *bouleuterion*, ou seja, no recinto que abrigava a cúria urbana, para um *choros* de aproximadamente cinquenta alunos, o que exprime o sucesso então obtido (PETIT, 1956, p. 73). O edifício contava com uma sala de conferências (*theatron*) coberta e quatro colonatas que cercavam um pátio interno convertido em jardim, locais onde costumava declamar suas orações e ministrar suas aulas. Ao assumir

a cátedra de grego, Libânio é declarado sofista oficial de Antioquia, acumulando as tarefas de primeiro orador e de professor de retórica mais graduado, o que representa para ele o ápice da carreira profissional. Embora houvesse outros sofistas ensinando em caráter privado, sua escola (*didaskaleion*) era a única pública (CRIBIORE, 2007, p. 37). Na estrutura do *didaskaleion*, Libânio não era propriamente um professor, desempenhando muito mais as funções de um coordenador ou supervisor ao liderar uma equipe composta por mais quatro retores. Do ponto de vista pedagógico, uma das suas principais incumbências era pronunciar as *orationes* de abertura e encerramento do ano letivo, quando então os alunos podiam apreciar de perto a excelência retórica do mestre. Afora isso, Libânio dividia seu tempo entre a composição de discursos, muitos deles em prol de amigos e de implicados em juízo; a expedição de cartas de recomendação para os ex-alunos, das quais possuímos uma extensa coleção; e a socialização com os notáveis, atividade importante para um professor que desejasse reforçar ou conservar o seu prestígio na cidade.

Os anos que se seguiram à transferência de Libânio para Antioquia foram, do ponto de vista profissional, muito bem-sucedidos, a despeito do vívido apoio que tributou à tentativa de restauração pagã de Juliano, num momento em que o poder imperial já se encontrava irremediavelmente comprometido com a causa cristã. Teodósio, por exemplo, concedeu-lhe, em caráter honorário, a prefeitura do pretório, um dos mais importantes cargos da administração civil no século IV (LIEU; MONTSERRAT, 1996). Os últimos anos de vida de Libânio, no entanto, não se revelaram muito pródigos devido, em parte, à perda de influência de sua família na vida cívica e às acusações de traição que teve de enfrentar. Em 389, Libânio perde Olímpio, seu melhor amigo. Em 391, falece a esposa com a qual havia vivido por longos anos. Em 392, é a vez de seu filho, Címon, morto repentinamente em decorrência de uma fratura na perna. Todos esses acontecimentos o abalaram bastante (LIEBESCHUETZ, 1972, p. 6-7). Acometido por crises sucessivas de artrite e enxaqueca, Libânio não raro é obrigado a suspender suas lições, o que o deprime. Apesar disso, continua ativo até o verão de 393, data das suas últimas cartas. A partir daí não temos mais notícias suas. Todavia, se aceitarmos como verídica uma informação transmitida por Sinésio de Cirene, Libânio ainda estaria ensinando aos noventa anos de idade, ou seja, em 404 (PETIT, 1956, p. 45). No decorrer da sua longa carreira como professor, Libânio tratou, em diversas ocasiões, do modelo de educação que julgava ideal, bem como dos dilemas e vicissitudes enfrentados pelos professores no exercício do magistério, incluindo as queixas referentes à falta de prestígio e à perda de *status* por conta, segundo ele, dos atrativos oferecidos pelos escritórios da

administração pública. Em sua época, seria possível então detectar, em Antioquia e mesmo alhures, um contínuo empobrecimento dos professores, em particular dos retores e sofistas, cujo ofício não era mais garantia de uma vida digna. Ameaçados pelo descaso da cúria urbana e pela falta de honestidade dos pais, os professores veriam seus honorários minguar dia após dia, motivo pelo qual o exercício da profissão estaria se tornando, para eles, fonte de pesar e infortúnio, o que nos estimula a refletir sobre a condição social dos professores na fase final do Império Romano.

O magistério: uma profissão nem sempre valorizada

No Império Romano, a despeito das carreiras fulgurantes de professores como Quintiliano, Proerésio, Ausônio e mesmo Libânio, o magistério, de modo geral, não era um dos ofícios mais valorizados. Em âmbito familiar, a educação dos meninos e meninas da aristocracia era entregue amiúde a pedagogos, escravos ou libertos que não gozavam, naturalmente, de um status social elevado. Quando passamos ao *magister*, o mestre-escola de primeiras letras que ensinava ao ar livre, nos alpendres e pórticos do fórum, o quadro não se altera muito, pois a profissão que exerce é considerada *rem indignissimam*, ou seja, fatigante, penosa e mal remunerada, sendo por isso mesmo entregue a pessoas de condição servil ou subalterna, sobre as quais pairava sempre a suspeita de comportamento indecente para com os alunos (MARROU, 1990, p. 415). Sabemos, pelo Edito do Máximo, promulgado em 301 por Diocleciano, que os honorários de um *magister* encontravam-se fixados em 50 denários por aluno por mês, sendo-lhe necessário reunir uma classe de pelo menos trinta alunos para obter os rendimentos equivalentes aos de um pedreiro ou carpinteiro. No caso do *grammaticus* e do *rhetor*, sua situação era um pouco melhor, pois ambos pertenciam à elite letrada capaz não apenas de ler e consultar os textos, mas também de elaborar composições em caráter próprio, o que exprimia um domínio maior da arte retórica (BROWNING, 1998, p. 96). Embora gozando de um prestígio superior ao do *magister*, o *grammaticus* não era, em absoluto, uma personagem de projeção. No Edito do Máximo ao qual aludimos, sua remuneração foi fixada em 200 denários ao mês por aluno, quantia quatro vezes maior do que aquela paga ao *magister*, mas ainda assim equivalente a 4 dias de trabalho de um artesão qualificado. Sob o Império, temos conhecimento de *grammatici* que fizeram fortuna, a exemplo de Rêmio Palemon, que retirava do seu ofício 400 mil sestércios por ano, o suficiente para alçá-lo à ordem *equestre*, o segundo escalão da nobreza imperial, mas a realidade da profissão era bem outra, fustigada pelos baixos salários, pela precariedade das instalações escolares e pela

irregularidade nos pagamentos (MARROU, 1996, p. 424). Já os retores, especialistas em estudos avançados, ocupavam o degrau mais alto da carreira, o que não deve, em absoluto, ser interpretado como uma garantia de fama e fortuna. De fato, se no século II um retor do porte de Quintiliano – algo bastante raro, diga-se de passagem – poderia auferir dois mil sestércios por aluno ao ano, no início do século IV o *orator* recebe a modesta cifra de 250 denários por aluno/mês, um pouco mais do que era pago ao *grammaticus* (MARROU, 1996, p. 436), cenário que a legislação de Graciano buscou reverter, como teremos a oportunidade de discutir adiante.

Embora o magistério não fosse, em Roma, um dos ofícios mais bem remunerados, importa reconhecer que os professores do ensino dito ‘superior’ (retores, sofistas e filósofos) desfrutaram, em muitas circunstâncias, de prestígio, algumas vezes de fortuna, e galgaram até mesmo posições de destaque dentro do sistema político do Império. Uma das razões pelas quais até pelo menos o século II retores e sofistas costumavam ser agraciados com honrarias públicas, incluindo estátuas, era a sua condição, não apenas de docentes, mas também de porta-vozes das suas respectivas comunidades, atividade que será particularmente realçada na Antiguidade Tardia, como comprovam as orações cívicas de Temístio de Bizâncio, Himério de Prusa e do próprio Libânio, além da coleção de panegíricos latinos elaborados pelos retores gauleses, alguns dos quais de autoria desconhecida. De fato, esperava-se que retores e sofistas exibissem sua arte nos teatros ou no recinto das cúrias (*bouleuterion*), por vezes em campeonatos de oratória que tanto agradavam ao público urbano. Em ocasiões especiais, como nos festivais religiosos, competições esportivas, comemoração do *natales imperii* (a investidura do imperador no cargo), *adventus* (a visita do imperador em pessoa ou de um alto funcionário à municipalidade), funerais e outras os retores eram convidados a declamar as suas composições, que poderiam inclusive alcançar a corte imperial. Disso resulta que os retores, sofistas e filósofos eram considerados também os mais aptos a falar em nome da comunidade perante o imperador ou seus representantes (governador de província, vicário, prefeito do pretório, comandante militar), exercendo assim um papel de autênticos embaixadores, atribuição que, a partir do século IV, dividirão com os bispos (BROWNING, 1998, p. 97-98), o que lhes confere uma notável capacidade de intervenção nos rumos da política em nível local e, dependendo das circunstâncias, em nível imperial, a exemplo de Máximo de Éfeso e de Prisco, filósofos neoplatônicos influentes na corte de Juliano, e de Ausônio, o retor gaulês que foi preceptor e depois prefeito do pretório de Graciano.

Outro fator que contribuía para realçar o status dos retores, sofistas e filósofos era, sem dúvida, o controle na transmissão dos códigos que constituíam a *paideia*, a formação cultural greco-romana, um patrimônio da elite imperial. Na medida em que, no Império, o processo de escolarização encontrava-se longe de ser democrático, o acesso ao ensino superior era, com uma ou outra exceção, reservado aos mais ricos, que vislumbravam na escola do retor não tanto uma oportunidade de ascensão social, mas de reforço do prestígio já desfrutado por suas famílias. Apesar de não integrarem, a princípio, as *ordines* superiores da sociedade romana, retores, filósofos e sofistas podem ser encarados como figuras vitais para a existência da aristocracia, uma vez que, atuando como transmissores autorizados da *paideia*, eram diretamente responsáveis por conferir a essa aristocracia certa identidade num Império de dimensões continentais. Como argumenta Peter Brown (1992, p. 39 e ss.), cabia à *paideia*, cuja espinha dorsal eram a cultura literária, o manejo das regras cultas da gramática e o conhecimento da tradição mitológica, exprimir a superioridade social dos seus detentores, que se consubstanciava em valores como o autocontrole (*sophrosyne*), a disciplina e a moderação; no decoro verbal; na correta formulação e entonação das palavras e sentenças e numa *performance* corporal calcada na gravidade e na elegância, signos distintivos dos portadores de carisma. Todas essas habilidades eram desenvolvidas, senão adquiridas, na escola do retor mediante a repetição exaustiva de exercícios visando a atingir a graça e a desenvoltura no falar em público, não sendo por acaso que a escola dos retores e sofistas costumava ser uma réplica, em escala menor, do fórum, da cúria e do tribunal. Desse ponto de vista, a aristocracia romana dependia visceralmente dos professores, que não poderiam decerto ser tratados com menosprezo.

A importância do magistério para as autoridades imperiais pode ser aferida por intermédio da política de isenções dos encargos municipais (*munera*) e de criação de cátedras de ensino da qual o principal artífice foi Vespasiano. Sob o governo desse imperador, todos os retores e gramáticos do Império passam a se beneficiar do privilégio de não serem obrigados a arcar com determinadas liturgias, despesas ordinárias exigidas aos membros da *ordo decurionis*, os cidadãos mais abastados da municipalidade, tais como o patrocínio de competições esportivas (ginasiarquia) e de festivais religiosos e o abastecimento das tropas quando em deslocamento, medida vez por outra ratificada pelos sucessores. Com Vespasiano, inaugura-se também a concessão de cátedras de ensino do grego e do latim subvencionadas pelo Erário, cabendo a Quintiliano a honra de ser o primeiro retor latino contemplado com um auxílio dessa

natureza. De início, o sistema é implantado apenas em Roma, mas Marco Aurélio o expande para Atenas com a criação de uma cátedra de retórica e quatro de filosofia (MARROU, 1990, p. 463). Nesse ínterim, as cúrias tenderão, como de costume, a reproduzir as inovações ditadas pela *domus*, multiplicando-se por todo o Império as cátedras municipais, embora devamos estar atentos ao fato de que, em Roma, não existia um sistema público de ensino semelhante ao nosso, e isso por dois motivos: a) a assim denominada *schola publica* não era inteiramente gratuita, exigindo-se do aluno o pagamento de taxas regulares a fim de complementar os honorários dos professores; b) a maioria das vagas disponíveis era provida pelos professores que trabalhavam a título privado, pois o magistério era, em todos os níveis, uma profissão liberal. Desse modo, apenas uma parcela bastante reduzida da categoria poderia, em algum momento da carreira, obter uma cátedra municipal ou imperial, cátedra esta vitalícia, diga-se passagem. Seja como for, é impossível negar que, no Império Romano, os retores, sofistas e filósofos gozavam de um reconhecimento público e de um status que os distinguiu no conjunto dos trabalhadores que exerciam um ofício remunerado, sempre encarados com reserva ou mesmo desprezo pelos mais ricos. E, no entanto, o magistério era cercado por desafios que às vezes desestimulavam os neófitos, dentre os quais um dos mais importantes era a exiguidade e/ou irregularidade dos honorários, o que precipitava os docentes numa situação absolutamente constrangedora e colocava em risco o futuro da profissão, como nos informa Libânio.

Crise no 'didaskaleion'

Em 361, Libânio dirige à cúria (*boule*) de sua cidade uma oração intitulada *Aos antioquenos, em favor dos professores* (*Or.* 31), na qual expõe os problemas vividos pelos seus assistentes, que à época deveriam ser Herodiano, um migrante da Fenícia proprietário de uma pequena herdade nessa província; Gaudêncio, um professor já estabelecido em Antioquia desde a época de Zenóbio; Urânio, ao que tudo indica também professor de longa data e Cleóbulo (NORMAN, 2000, p. 66-67). Esses quatro retores compunham o *staff* do *didaskaleion*, ensinando sob a supervisão de Libânio. O motivo que deu ensejo à composição do discurso foi a situação de penúria por eles vivida, cujo salário (*syntaxis*), uma dotação anual proveniente dos cofres públicos, não apenas era insuficiente para a sobrevivência dos professores e de suas famílias, como era amiúde pago com atraso ou apenas em parte, obrigando-os a se humilhar perante os governadores e tesoureiros a fim de receber a importância devida (*Or.* 31, 19-20). A solução proposta por Libânio aos membros da cúria é o

emprego dos rendimentos obtidos com uma parcela residual das terras administradas pela comunidade cívica que era, habitualmente, destinada à retribuição de serviços meritórios prestados à cidade. Considerando o ensino uma atividade de interesse público, Libânio sugere assim que esses rendimentos sejam revertidos em prol dos seus assistentes, a fim de minorar a aflição na qual se encontravam e de reabilitar a sua autoestima (*Or.* 31, 16-18). Na avaliação de Libânio, Antioquia estaria abrindo mão de uma das suas maiores riquezas: a educação oratória, um adorno da cidade, e com isso forçando os professores a migrar em busca de melhores condições de trabalho (*Or.* 31, 37; 42). Com base nos argumentos que apresenta, é possível perceber que o magistério de retórica, na segunda metade do século IV, passava por dificuldades, resultado, segundo Libânio, da pouca atenção dispensada à disciplina, que tendia a ser suplantada pelo Direito e pela estenografia num contexto de expansão da burocracia imperial. Aliado a isso, teríamos o empobrecimento da sociedade imperial como um todo, o que justificaria, de certo modo, a falta de pagamento dos professores, prática que tende então a se tornar corriqueira. Libânio compara, em diversas passagens do discurso, a situação dos professores no passado e no presente, a fim de reforçar a tese de que, em seu tempo, a remuneração extraída do ofício não é mais suficiente para suprir as necessidades dos professores e suas famílias, como se segue:

No passado, pessoas que exerciam o magistério no mesmo nível que estas [Herodiano, Gaudêncio, Urânio e Cleóbulo] costumavam ir aos ourives e encomendar seus objetos, e elas costumavam conversar regularmente com os artesãos enquanto eles estavam trabalhando, apontando o trabalho defeituoso ou sugerindo algo melhor, solicitando a eles rapidez ou os apressando em caso de lentidão. Mas para essas pessoas aqui – e que ninguém me desminta – a maior parte da sua conversa é com os padeiros, e não padeiros que pegaram emprestado o trigo e dos quais desejam pagamento por isso, mas aqueles aos quais estão devendo o trigo também, aqueles aos quais estão sempre prometendo pagar e sempre solicitando um adiamento. Elas estão num dilema, forçadas a fugir e retornando para as mesmas pessoas, pois estão em débito, e assim correm delas, mas, quando em necessidade, correm atrás delas: envergonhadas por não pagarem as dívidas, elas são compelidas pelo estômago vazio, e os fitam [os padeiros] diretamente nos olhos. Então, quando a dívida alcançou proporções enormes, e não há o menor sinal de nada com o que pagá-la, elas tomam os brincos de suas esposas ou os seus

braceletes, amaldiçoando a profissão das letras, e os entregam aos padeiros, e assim se livram (*Or.* 31, 12-13).

Numa outra passagem, Libânio se refere à representação do senso comum acerca do salário dos professores, que trata de contradizer, ao mesmo tempo em que identifica uma das raízes do problema: a perda de prestígio da retórica junto à corte, assuntos tratados nos seguintes termos:

Alguns comerciantes, sentados na porta das suas lojas tagarelam a respeito dos altos rendimentos dos professores. Eles contam o número de estudantes e, utilizando seus dedos, chegam a uma vasta quantia de dinheiro. E agora eu suponho que me perguntarão em que lugar isso tudo é pago pelos alunos. É difícil dar uma resposta a esta pergunta, não por falta de uma explicação plausível, pois eu tenho uma, mas porque a mais verdadeira parecerá a menos convincente. Aqueles que enriqueceram com o ensino nos tempos antigos propagaram a ideia da profissão como uma maneira primaz de se ganhar dinheiro. Bem, esta poderia ter sido a situação no início, mas isso não acontece mais hoje em dia. Os tempos mudaram, e por razões que aqueles dentre vocês que têm acompanhado minha carreira perceberão, mas que eu falarei a fim de auxiliar aqueles que permanecem na ignorância. Todas as artes que são favorecidas pelos imperadores conduzem seus estudantes à influência e ao mesmo tempo trazem fortuna aos professores: os serviços sendo grandes, as recompensas também serão. Contudo, quando qualquer profissão, mesmo se intrinsecamente boa, é desprezada pelo imperador reinante, ela perde seu prestígio; e se o prestígio se esvai, as recompensas se esvaem com ele, ou antes, se elas não forem totalmente perdidas, de grandes elas se tornam pequenas (*Or.* 31, 25-27).

Em seguida, Libânio aborda a falta de pagamento dos honorários docentes, o que representaria outra ameaça importante para a profissão:

Muitas das famílias de renome estabelecido há tempos, que se distinguiam pelo aprendizado e pela generosidade, têm sido reduzidas à indigência pela presente circunstância e isso, embora não os impeça de receber uma educação em retórica, as tem tornado incapazes de prover a retribuição financeira. Certamente, ninguém ignora a existência de pessoas de famílias ilustres que venderam sua propriedade, e de outras que, descendendo de meros fulanos, as compraram. O

professor reparte o infortúnio que atinge todas as famílias. Quando elas possuíam riqueza, ele se beneficiava disso; e de modo similar, agora que elas são pobres, ele deve ensiná-las gratuitamente. Assim, se vocês argumentam observar os méritos dos professores pelo número dos alunos, vocês os achariam grandes, de fato. Mas se vocês tomam o número de alunos como indicativo dos rendimentos dos professores, seu julgamento é falso (*Or.* 31, 29-31).

O relato de Libânio acerca da situação dos retores de sua escola contida na *Oratio* 31 nos sugere, em primeiro lugar, certa ‘má vontade’ da cúria municipal em honrar os compromissos assumidos com os professores do *didaskaleion*, dificultando o repasse de uma subvenção que, na opinião do sofista, já se revelava insuficiente. Em segundo lugar, a difusão de uma prática que se consolidará no futuro, qual seja, a do não pagamento dos professores pelos pais, seja por empobrecimento, falta de respeito ou mesmo má-fé. No entanto, a maneira como Libânio expõe seus argumentos nos permite supor que as dificuldades descritas no discurso não eram apanágio dos seus assistentes, mas compartilhadas pelos demais professores de Antioquia e de outras localidades do Império. O conflito dos professores com as cúrias municipais parece se acentuar no século IV, em virtude da antiga lei de Vespasiano concedendo isenção dos *munera* aos professores, como mencionamos acima. Numa conjuntura de aumento do fiscalismo e do controle imperial sobre as finanças das municipalidades, sabemos que os membros da *ordo decurionis* tentaram, por intermédio de diversos artifícios, dentre os quais conta-se a opção pela carreira do magistério, se evadir das suas obrigações. Uma das soluções encontradas pelas cúrias para solucionar a falta de candidatos aptos a patrocinar as liturgias foi exigir a contribuição até mesmo dos professores, o que motiva Constantino, em duas ocasiões, a ratificar os privilégios do magistério. A primeira delas em 321 ou 324 (*C. Th.* 13,3,1) e a segunda em 333, num edito *ad populo* cujo texto transcrevemos aqui:

Constantino Augusto ao Povo. Confirmando as concessões especiais de favor imperial pelos sacros imperadores que me antecederam, Nós ordenamos que médicos e professores de literatura e também suas esposas e filhos sejam isentos da execução de qualquer serviço público compulsório e obrigatório. Eles não devem ser sujeitos às tarefas do serviço militar nem receber pessoas aquarteladas nem executar nenhum serviço público compulsório, de modo que possam

mais facilmente treinar pessoas nos estudos liberais e nas artes acima mencionadas (*C. Th.* 13,3,3.).

O edito de Constantino nos permite extrair duas conclusões. Pelo tom assertivo e peremptório, o imperador reitera, sem dar margem a dúvidas, a tradicional isenção dos professores e médicos diante dos *munera*, proibindo terminantemente que eles e suas famílias sejam chamados a assumir encargos cívicos por vezes bastante onerosos e evitando assim uma despesa que poderia comprometer as finanças domésticas. Além disso, Constantino manifesta o desejo de que os professores não sejam incomodados pela cúria a fim de que possam se dedicar por inteiro à arte do magistério e à formação de novos quadros profissionais. Em nossa avaliação, essa lei representa o primeiro indício oficial de que, na fase tardia do Império Romano, o ofício dos gramáticos, retores e filósofos experimentava uma crise até certo ponto inédita, cujas origens encontram-se conectadas aos baixos salários pagos e à perda de prestígio de uma profissão que não atraía mais novos candidatos. É certamente sob essa perspectiva que devemos interpretar uma outra lei, de janeiro de 364, promulgada por Valentiniano e Valente (*C. Th.* 13,3,6), que proclama o seguinte: "Se qualquer homem for tido como capaz tanto em caráter quanto em eloquência para ensinar a juventude, ele deve ou estabelecer uma nova sala de aula (*auditorii*) ou reabilitar uma que se encontre abandonada". Pela lei, os imperadores determinam uma busca geral por indivíduos em condições de ensinar, não importando o nível, o que nos leva a concluir pela carência de mão de obra qualificada para atender a demanda da clientela. Nesse sentido, uma informação sugestiva é a de que os candidatos à função devam instituir novas classes (*auditoria*) ou se estabelecer no mesmo local onde antes funcionava uma escola, sugerindo assim que o responsável pelo estabelecimento teria ou abandonado a profissão ou não encontrado quem o sucedesse. Seja como for, o quadro passível de ser recomposto por intermédio da legislação recolhida no *Código Teodosiano* aponta para uma escassez inequívoca de profissionais do magistério. A esse respeito, uma lei de Graciano e Valente datada de maio de 376 constitui uma evidência determinante:

Através de toda diocese comprometida com sua magnificência, nas cidades mais densamente povoadas, as quais são célebres e eminentes por sua fama, todos os melhores preceptores – isto é, retóricos e gramáticos de ensino grego e romano – devem ensinar a juventude. Para aqueles que fazem parte da categoria de oradores deve ser concedido um

pagamento de vinte e quatro rações de subsistência pelo fisco. Para os gramáticos, latinos ou gregos, devem ser pagas vinte rações de subsistência, uma quantidade um pouco menor, de acordo com o costume. Assim, a escolha de professores renomados deve ser feita de modo devido em cada cidade que é chamada de metrópole, mas nós não consideramos que cada cidade deva ser liberada a seu bel-prazer para pagar o salário de seus professores. De fato, nós supomos que uma soma mais generosa deva ser exigida da renomada cidade de Trier, isto é, que trinta rações de subsistência devam ser pagas ao retórico, do mesmo modo que vinte devam ser pagas a um gramático latino, e também doze rações devam ser pagas a um gramático grego, se algum digno de ser escolhido for encontrado (*C. Th.* 13,3,11).

Pelo texto da lei, é plausível supor que o magistério não fosse mais, no final do século IV, uma carreira atrativa para aqueles que apresentassem certo nível de excelência em retórica latina e grega, pois os imperadores exigem que os melhores profissionais assumam a tarefa de ensinar, ou seja, ingressem, por obrigação, no magistério, de modo a contribuir com a formação da juventude e, poderíamos acrescentar, com o bom funcionamento do Estado, haja vista que, como vimos, o principal destino daqueles que concluíam a formação escolar era um posto na administração pública. Nas entrelinhas do texto, é possível captar que o principal entrave a ser removido a fim de facilitar o cumprimento da lei dizia respeito ao montante dos honorários a ser pagos aos professores, razão pela qual Graciano não apenas fixa os salários dos retores e gramáticos, como também proíbe que as municipalidades, por vontade própria, optem por um salário menor, contrariando assim a vontade imperial de não apenas estimular o ingresso de novos profissionais na carreira, mas também de impedir a evasão daqueles em exercício, num momento em que as cúrias parecem pouco inclinadas a retribuir seus professores de maneira justa, como vemos no caso do *didaskaleion* de Libânio. Curiosa é a passagem final da lei, que fixa a remuneração dos gramáticos de língua grega, caso algum deles seja encontrado, o que demonstra a falta, no Ocidente, de indivíduos versados na disciplina, cenário que se agravará com a divisão do Império após a morte de Teodósio, em 395. Todavia, mesmo no Oriente já se constata, no final do século IV, a carência de retores e gramáticos especializados no ensino do grego. A novidade contida na legislação fica por conta da referência aos retores e gramáticos de língua latina, cujo contingente parece estar igualmente em declínio.

Considerações finais

Nos últimos anos de sua vida, Libânio faz um balanço dos percalços que afligiam os professores, desestimulando-os a prosseguir na carreira. Na *Oratio 25*, intitulada *Sobre a escravidão dos professores*, composta por volta de 387, o orador afirma o seguinte:

O professor é escravo de uma multidão de pedagogos, de parentes, sim, e da mãe, da avó, do avô. [...] Ele é escravo também dos guardiães das portas [da cidade] e da categoria dos estalajadeiros: daqueles, para que não falem mal dele aos estrangeiros que entram na cidade; destes, para que os elogiem diante dos clientes. Pois uns e outros podem trazer embaraços à classe dos sofistas. [...] Mas a cúria, ela também, é uma patroa muito exigente: ela pode, em algumas linhas, o eleger e o abater, fazer mudar o seu destino como bem o desejar, o expulsar, se ele se queixa, instalar contra ele uma multidão de rivais, e todos os outros dissabores que parecem pequenos, mas que causam grande sofrimento (*Or. 25*, 559-560).

Libânio nos permite vislumbrar aqui um contexto no qual o professor se encontra tolhido no exercício da profissão pelas exigências dos pedagogos (escravos e libertos encarregados de supervisionar de perto a educação recebida pelos estudantes) e dos demais familiares, que interferem no cotidiano escolar. Não bastasse terem de prestar contas a outrem do trabalho que executam, os professores deveriam contentar também os funcionários que controlavam o ingresso na cidade e os proprietários das hospedarias, albergues e estalagens. Isso porque, no Império Romano, o ofício do magistério era altamente competitivo, sendo o sucesso profissional de um retor ou sofista medido pelo número de alunos que compunham a sua classe. Com o intento de manter uma clientela, se não crescente, ao menos estável, os professores lançavam mão de diversas estratégias, que incluíam a difamação dos rivais, o estímulo aos atritos de rua entre os alunos e a cooptação dos estrangeiros que chegavam a Antioquia em busca de uma melhor formação, o que tornava imprescindível uma boa relação dos professores com os guardiães das portas da cidade e os estalajadeiros, personagens capazes de influenciar na opção dos estudantes por um professor ou por outro. Não bastasse a relação de dependência com tantas pessoas, os professores sofriam ainda certa opressão por parte das cúrias, que podiam admiti-los ou demiti-los a qualquer momento, ou mesmo favorecer a instalação de professores rivais, que certamente iriam repartir os alunos disponíveis. No âmago do relato de

Libânio, repousa o que Paul Petit (1956, p. 98) definiu, certa vez, como a "concepção agonística de ensino" própria da Antiguidade, que fazia do exercício do magistério um território fértil para todo tipo de intriga, difamação e rivalidade, uma vez que para vencer era necessário eliminar os concorrentes, diminuir o seu prestígio, colocar sob suspeição a sua habilidade profissional. O sofista era, antes de tudo, um lutador, o que explica os campeonatos regulares de eloquência, nos quais os oradores se exibiam com a expectativa de sobrepujar os concorrentes e, com isso, reunir uma clientela que lhes garantisse melhor remuneração. Num contexto no qual os professores se viam como rivais e não como colegas, qualquer embaraço que atingisse a profissão poderia adquirir, em pouco tempo, proporções extensas, uma vez que faltava a esse mundo a "solidariedade de classe" necessária para que os agentes, em consórcio, lutassem por melhores condições de trabalho. Profissionais liberais que eram, gramáticos, retores e sofistas não costumavam integrar os *collegia*, as associações profissionais características do Império, o que sem dúvida diminuía a sua capacidade de negociação com as autoridades públicas em face dos baixos salários, dos atrasos frequentes no pagamento dos honorários ou das pressões impostas pelas cúrias, resultando assim num decréscimo da autoestima do professor, que se sentia desestimulado. Por volta de 382, num discurso intitulado *Contra os críticos do seu sistema educacional de ensino* (Or. 62), Libânio realiza uma súplica das dificuldades enfrentadas pelos professores, o que resulta no desinteresse dos jovens recém-formados em seguir o ofício de retor, pois os alunos há tempos.

[...] veem a profissão desprezada, diminuída e sem reputação, influência ou renda, mas em lugar disso envolvendo uma dura servidão, tendo muitos como senhores: pais, mães, atendentes, os próprios estudantes, cujas reações são absurdas, pois pensam que o professor de retórica tem necessidade de alguém para receber o ensinamento e que o dano causado pela falta de recepção recai sobre o professores e não o contrário. Vendo isso, como navegantes que evitam os recifes, eles evitam uma profissão que vai mal ... (Or. 62, 32).

Referências

BROWN, P. **Power and persuasion in Late Antiquity**. Madison: The University of Wisconsin Press, 1992.

BROWNING, R. O professor. In: CAVALLO, G. (Org.). **O homem bizantino**. Lisboa: Presença, 1998, p. 95-113.

CRIBIORE, R. **The school of Libanius in Late Antique Antioch**. Princeton: Princeton University Press, 2007.

FERNÁNDEZ BARREIRO, A. Poder político y Jurisprudencia ne la época tardo-clásica. In: PARICIO, J. (Dir.). **Poder político y derecho en la Roma clásica**. Madrid: Editorial Complutense, 1996, p. 107-121.

FESTUGIÈRE, A. J. **Antioche païenne et chrétienne**. Libanius, Chrysostome et les moines de Syrie. Paris: E. de Boccard, 1959.

JONES, A. H. M. **The later Roman Empire (284-602)**. Oxford: Basil Blackwell, 1964, v.1.

LAISTNER, M. L. W. **Christianity and Pagan culture**. London: Cornell University Press, 1978.

LIBANIUS. Oratio 25: Sur l'esclavage du professeur. In: FESTUGIÈRE, A. J. **Antioche païenne et chrétienne**. Libanius, Chrysostome et les moines de Syrie. Paris: E. de Boccard, 1959, p. 442-443.

LIBANIUS. Oration 31: To the Antiochenes for the teachers. In: NORMAN, A. F. (Trad.). **Antioch as a centre of Hellenic culture**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 66-83.

LIBANIUS. Oration 62: against the critics of his educational system. In: NORMAN, A. F. (Trad.). **Antioch as a centre of Hellenic culture as observed by Libanius**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 87-109.

LIEBESCHUETZ, J. H. W. G. **Antioch: city and imperial administration in the Later Roman Empire**. Oxford: Oxford University Press, 1971.

LIEU, S. N. C. & MONTSERRAT, D. **From Constantine to Julian: Pagan and Byzantine views**. London: Routledge, 1996.

LIEU, S. N. C. Libanius and higher education at Antioch. In: SANDWELL, I.; HUSKINSON, J. **Culture and society in Later Roman Empire**. Oxford: Oxbow Books, 2004, p. 13-23.

MARROU, H. I. **História da educação na Antigüidade**. São Paulo: E.P.U., 1990.

NORMAN, A. F. *Introduction*. In: _____. **Antioch as a centre of Hellenic culture**. Liverpool: Liverpool University Press, 2000, p. 66-69.

PETIT, P. **Les étudiants de Libanius**. Paris: Nouvelles Éditions Latines, 1956.

PHARR, C. & DAVIDSON, T. S. (Trad.). **Codex Theodosianus and novels and Sirmondian Constitutions**. Princeton: Princeton University Press, 1952

POTTER, D. S. **The Roman Empire at bay (AD 180-395)**. London & New York: Routledge, 2004.

*Received on August 17, 2012.
Accepted on November 22, 2012.*